



GT02 - História da Educação – Trabalho 1268

AS RELAÇÕES ENTRE EUGENIA E EDUCAÇÃO NO PENSAMENTO DE RENATO KEHL

Gustavo da Silva Kern – UFRGS

Agência Financiadora: CAPES

Resumo

Este texto busca problematizar a forma como o discurso eugenista produzido no Brasil durante as primeiras décadas do século XX pretendeu fazer da educação uma forma de empreender o melhoramento racial da população brasileira. Para tanto, pretende analisar de modo mais detido a contribuição de Renato Kehl (1889-1974) neste âmbito específico do debate travado entre os teóricos eugenistas locais, qual seja, o das relações entre eugenia e educação.

Palavras-chave: Eugenia; Educação; Renato Kehl.

Em sua conferência no 1º Congresso Brasileiro de Eugenia, realizado no Rio Janeiro em 1929, o médico paulista Renato Kehl (1889-1974) definiu a aplicação dos preceitos da ciência do melhoramento racial no Brasil como a materialização de um ideal nacional, qual seja, o ideal da “regeneração eugênica do nosso povo” (KEHL, 1933, p. 58). Na mesma ocasião o jurista Levi Carneiro (1882-1971), representante da Associação Brasileira de Educação (ABE), não foi menos categórico ao concluir sua intervenção argumentando que “de agora em diante, para solução dos nossos problemas de Educação, havemos de ter em conta, mais atentamente que até agora, os ensinamentos da Eugenia” (CARNEIRO, 1933, p. 116)¹. Estas assertivas permitem constatar que, justamente quando a ciência do melhoramento racial alcançou o ápice de seu prestígio público, na passagem para a década de 1930, a proposição de que a educação seria uma forma de empreender o melhoramento racial da população brasileira já estava plenamente estabelecida no âmbito do discurso eugenista produzido no Brasil.

¹ Mantenho, no transcorrer deste artigo, a grafia original em citações das fontes primárias e secundárias, tal como aparecem nas publicações consultadas e devidamente referenciadas ao final do texto. Algumas delas foram por mim traduzidas, do espanhol e do francês, para o português.

A desejada “regeneração eugênica” da população brasileira deveria ter por base os ensinamentos da ciência do melhoramento racial, que havia sido estabelecida em seus pressupostos fundamentais pelo inglês Francis Galton (1822-1911) em estudos publicados durante as últimas décadas do século XIX. O teórico vitoriano definiu sua *eugenics* como “a ciência que trata de todas as influências que melhoram as qualidades inatas de uma raça, bem como das qualidades que se pode desenvolver até alcançar a máxima superioridade” (GALTON, 1988, p. 165). Em um contexto no qual o racismo científico europeu havia encontrado ampla recepção, dado que a noção de raça havia sido tomada como categoria chave para a definição do caráter nacional desde as últimas décadas do século XIX, a ciência do melhoramento racial foi recebida com grande interesse.

No transcorrer das primeiras décadas do século XX, aconteceu a formação de um movimento social que, formado por uma reduzida elite intelectual, militou firmemente em favor da materialização dos ensinamentos da ciência do melhoramento racial no Brasil. Entre os homens de ciência que empreenderam a chamada “cruzada eugenista” em favor do progresso nacional, ninguém encarnou melhor esse espírito reformista que o já referido Renato Kehl. O presente artigo, decorrente de uma investigação desenvolvida em nível de Doutorado — que teve por objetivo problematizar o modo como os teóricos eugenistas locais buscaram recorrentemente definir que contribuição a educação deveria oferecer para a concretização do ideal da regeneração racial da nação; na qual a genealogia foucaultiana foi tomada como perspectiva de análise histórica das condições de possibilidade para a emergência do discurso eugenista no Brasil — pretende analisar de modo mais detido a contribuição de Kehl neste âmbito específico do debate travado entre os teóricos eugenistas locais, qual seja, o das relações entre eugenia e educação.

O protagonismo de Kehl

A primeira tese dedicada ao estudo da ciência de Galton no Brasil foi escrita pelo médico Alexandre Tepedino, tendo sido defendida na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1914, sob o título de *Eugénia (Esboço)*. A ciência do melhoramento racial rapidamente se difundiu como objeto de interesse dos bacharéis em medicina, uma vez que os preceitos eugênicos originalmente formulados por Galton adequavam-se às ambições daqueles que “ansiavam promover seu papel como especialistas na

conformação da vida social e nutriam um ingênuo otimismo sobre sua própria capacidade de fazer o bem” (STEPAN, 2004, p. 337-338).

Em 1917, Kehl era ainda um jovem farmacêutico e médico quando foi convidado para proferir sua *Conferencia de propaganda eugenica*, na Associação Cristã de Moços de São Paulo. Trata-se de um documento particularmente importante, pois, além de marcar o primeiro passo de sua “cruzada eugenista”, apresenta os fundamentos seminais do programa de melhoramento racial em torno do qual se articulou, nos anos seguintes, o nascente movimento eugenista. Nesta oportunidade, o conferencista definiu a eugenia como a ciência que se dedica “a estudar as condições mais favoráveis para o levantamento da raça humana e a fixar as regras para a boa reprodução” (KEHL, 1919, p. 68) em favor do aprimoramento “dos caracteres phisicos e moraes das gerações futuras” (1919, p. 69).

Dadas as características da formação da população brasileira, baseada em “cruzamentos intensos de mesclada heterogeneidade, de descuidada promiscuidade entre adventícios e forasteiros” (KEHL, 1919, p. 69), a preocupação com a herança biológica seria imprescindível. Somente a intervenção eugênica sobre a hereditariedade permitiria “salvaguardar a descendência da degeneração” (1919, p. 69), ao “eliminar o sub-homem, melhorando o typo humano, evitando a decadencia” (1919, p. 68). Além da necessária “lucta contra as endemias e epidemias” (1919, p. 68) que assolavam todos os recantos do território nacional, exemplarmente realizada pelos médicos sanitaristas e higienistas, seria imperiosa a “necessidade de ampliarmos esses zelos humanitários, cuidando da nossa raça, para torna-la sã, forte e robusta” (1919, p. 68). Alguns dias após o evento, o texto da conferência proferida foi publicado no *Jornal do Comércio*, indicando um primeiro sucesso na estratégia de se fazer reconhecer que a “campanha eugenica deve ser uma das preocupações da imprensa do nosso paiz” (1919, p. 78). Afinal, a repercussão pública das ideias eugênicas, como já havia demonstrado o próprio Galton, seria essencial para que se multiplicassem “os cultores da sciencia do bem geral, dessa grandiosa protectora das raças do futuro” (1919, p. 79).

De fato, a repercussão positiva da conferência de Kehl na Associação Cristã de Moços mostrou-se fundamental para o destino da eugenia no Brasil, permitindo-lhe reunir as atenções necessárias para articular a criação da Sociedade Eugênica de São Paulo. Fundada oficialmente em 15 de janeiro de 1918, a nova entidade científica foi a primeira de seu gênero na América Latina, surgindo apenas dez anos depois de sua congênere francesa e seis anos após a britânica. Sua organização foi capitaneada pelo próprio Kehl, que assumiu o cargo de secretário geral e se tornaria, nas décadas seguintes, o principal

exponente do movimento eugenista local. Entre seus membros encontravam-se homens de ciência já consagrados, como Belisário Penna e Arthur Neiva, destacados por sua atuação na cruzada sanitária idealizada por Oswaldo Cruz. Além disso, tornaram-se membros os psiquiatras Antonio Austregésilo (1876-1960) e Juliano Moreira (1873-1932), bem como o futuro escola-novista Fernando de Azevedo (1894-1974).

A repercussão pública do surgimento da entidade foi extremamente favorável aos propósitos dos teóricos que pretendiam desenvolver os preceitos da ciência de Galton, permitindo que a eugenia fosse prontamente saudada “como uma nova ciência capaz de introduzir uma nova ordem social por intermédio do aperfeiçoamento da raça humana” (STEPAN, 2005, p. 57). A posição de maior destaque dentro da entidade, bem como na esfera pública, coube ao secretário-geral Kehl, que organizava “reuniões cuja orientação combinasse com sua própria visão de eugenia” (2005, p. 57) — realizadas no Saguão da Santa Casa de Misericórdia, local tradicionalmente utilizado para eventos científicos da classe médica, tais como os encontros da prestigiada Sociedade de Medicina e Cirurgia.

Os registros das atividades realizadas durante o período de funcionamento da Sociedade Eugênica de São Paulo, reunindo trabalhos apresentados, atas de reuniões e seu estatuto, foram publicados em 1919, em um volume intitulado *Annaes de Eugénia*. Na ata da sessão inaugural, realizada no dia 15 de janeiro de 1918, é possível encontrar a definição que Kehl emprestou aos fins da entidade científica:

Ella estuda as leis da hereditariedade, esmiuçalha as questões de evolução e descendencia, tirando desses conhecimentos as bases applicaveis à conservação e melhoria da especie humana. Nesta sociedade serão discutidas as questões relativas à influencia do meio, do estado economico, da legislação, dos costumes, do valor das gerações successivas e sobre as aptidões phisicas, intellectuais e moraes, sempre tirando dessas discussões idéas destinadas a bem de nossa raça. Sendo a eugénia uma sciencia intimamente ligada à biologia, da qual faz parte, e de outras sciencias das quais lhe derivam grandes ensinamentos, todas estas terão de ser consideradas na sociedade (SOCIEDADE EUGÊNICA DE SÃO PAULO [SESP], 1919, p. 6).

Para que o melhoramento racial pudesse ser realizado, não bastaria aperfeiçoar a constituição biológica da população; seria necessário também transformar radicalmente o meio em que esse corpo coletivo vivia, ou seja, a sociedade. Por isso os ensinamentos científicos de Galton deveriam ser, de uma vez por todas, reconhecidos como elementos da religião moderna “que tem por escopo prégar preceitos eugenicos dentro do seu dogma: a saude integral do corpo e do espirito” (KEHK, 1919a, p. 119). Seu maior objetivo seria

empreender a “lucta pela defesa da raça” (1919a, p. 222), único meio possível de realizar a “uniformidade dos homens segundo um padrão, com índice optimo de robustez” (1919a, p. 220).

Essa utopia da uniformização e/ou padronização do homem brasileiro, galgada na luta pela defesa da raça, revela o caráter normativo do discurso produzido pelo movimento eugenista. A eugenia, de acordo com Silva (2015, p. 18), vai prontamente “se instituindo como uma forma de poder-saber fundamental para as novas ‘verdades’ que deveriam guiar os rumos da sociedade”. Sendo uma das expressões mais acabadas da lógica científica biologicista, ela pretendia “servir de base para os planejadores sociais organizassem as condições a partir das quais a sociedade acordaria sobre seu futuro, quem deveria continuar ou ficar pelo caminho” (SILVA, 2015, p. 18).

A educação eugênica em Kehl

Desde a passagem para a década de 1920, uma das dimensões dessa proliferação tentacular do discurso produzido no âmbito do movimento eugenista foi sua incidência sobre o campo da Educação. De forma muito peculiar, os teóricos eugenistas insistiram recorrentemente sobre a necessidade de valer-se de medidas educativas com o fim de vulgarizar o conhecimento público acerca da eugenia. Daí a centralidade que a chamada educação eugênica prontamente assumiu, constituindo-se em um elemento estratégico para o sucesso da campanha eugênica a ser empreendida no Brasil. Somente através de seu exercício sistemático seria possível ensinar aos pais, assim como aos futuros pais, os cuidados necessários para evitar que os fatores disgênicos fossem transmitidos às gerações que viriam a constituir o corpo coletivo da nação.

Desde a criação da Sociedade Eugênica de São Paulo, insistiu-se na proposição de que os “prosélitos do melhorismo” teriam por tarefa primordial realizar a “educação eugenica dos ignorantes, que são victimas de tantos males perfeitamente evitáveis” (KEHL, 1919b, p. 181). Estes deveriam, sem hesitação, assumir a responsabilidade eugênica de semear seus “preceitos doutrinarios a bem da humanidade, preceitos esses que são conselhos de bem viver e de bem proceder” (1919b, p. 181).

É possível perceber que, muito precocemente, a tarefa de difundir os preceitos da eugenia por meio da educação eugênica foi considerada uma prioridade para os propositores da campanha eugênica. Como afirmou Kehl (1919b, p. 182-183) em *Darwinismo social e Eugenia*, publicado nos *Annaes de Eugenia*,

Não precisa de elogios laudatorios uma doutrina científica cujo programa é esforçar-se para conseguir a almejada felicidade humana. Esta felicidade se consubstancia na robustez physica, no vigor intelectual, na dignidade moral. Pois bem, é a Eugénia, com os seus preceitos, a eliminadora das causas da degeneração, que torturam a vida dos nossos semelhantes. A sciencia de Galton, para atingir a sua meta, precisa, sim, de proselytos apaixonados que lhe emprestem suas luzes para tornar o “ideal eugenico” uma parte do systema de educação. Será com o auxilio de apaixonados por esta doutrina, que, pregando no lar, na escola, em toda parte, os “sentimentos de responsabilidade racial”, poderá atingir o aperfeiçoamento physico e moral da especie humana. A Eugénia muito precisa e muito espera dos médicos. São estes que, aliados aos educadores e legisladores, constituem a plêiade principal da eugenisação.

Para que o ideal eugênico pudesse se tornar uma realidade, portanto, seria imprescindível desenvolver junto à população brasileira a devida consciência acerca de sua responsabilidade racial para com o futuro nacional. A normalidade eugênica, como afirmou Kehl (1923, p. 348) em *A cura da fealdade*, não seria concebível “com discordância do estado do corpo e do espírito”. Essa consciência, que permitiria normalizar corpos e espíritos em acordo com o ideal eugênico, só poderia surgir de uma ampla ação educativa voltada para o ensino dos preceitos eugenistas “em toda a parte” (1923, p. 348). Iniciada nos lares, pois aos pais “cabe a maior responsabilidade na organização moral e intelectual dos filhos” (1923, p. 350), essa educação deveria ser continuada nas escolas, que realizam a “educação pedagógica, por meio da qual o homem *in posse* se transmuda em homem *in actu*” (1923, p. 350).

Essa ampla dimensão social que a educação eugênica deveria assumir, não ficando de modo algum limitada aos procedimentos pedagógicos escolares, pode ser melhor compreendida atentando para as opções teóricas que animavam o discurso produzido pelo nascente movimento eugenista. A concepção de um eugenista acerca do modo deveria ser realizado o melhoramento racial dependia, acima de tudo, de “seu entendimento da natureza da hereditariedade” (STEPAN, 2004, p. 346). Apesar do avanço da genética mendeliana, durante as primeiras décadas do século XX, os eugenistas lamarckianos continuaram aceitando o postulado da herança hereditária dos caracteres adquiridos e da ação das influências do meio sobre o plasma germinativo. Essa compreensão da hereditariedade foi predominante junto ao movimento eugenista local até, ao menos, a passagem para a década de 1930.

Era amplamente compartilhada a percepção de que fatores disgênicos como o alcoolismo, a sífilis ou a tuberculose, deveriam ser permanentemente combatidos, pois

uma vez adquiridos pelo organismo humano, muito provavelmente seriam herdados por seus descendentes. Já que os caracteres adquiridos eram transmitidos hereditariamente, esses venenos raciais se constituiriam em agentes causadores da degenerescência, produzindo prejuízos biológicos que seriam incorporados pelas próximas gerações. O mesmo princípio lamarckiano de que as “mudanças induzidas de fora em um organismo vivo poderiam ser transmitidas às futuras gerações” (STEPAN, 2005, p. 78), em compensação, permitia crer que os “melhoramentos adquiridos durante a vida de um indivíduo poderiam ser transmitidos geneticamente” (2005, p. 83). A concepção lamarckiana da eugenia, portanto, autorizava a projeção otimista de que a racionalidade científica poderia orientar intervenções sobre a constituição racial da população brasileira, através de amplas reformas sociais.

A compreensão lamarckiana de que o melhoramento racial da população brasileira poderia ser induzido a partir do meio demonstrou ser mais coerente com os propósitos das medidas de eugenia positiva, privilegiadas pelo programa de melhoramento racial formulado pelos teóricos eugenistas locais. Como afirmou Kehl em *Melhoremos e prolonguemos a vida*, trabalho de divulgação publicado em 1920, a aplicação dos preceitos eugenistas no Brasil consistiria em: “a) em favorecer a formação de qualidades ótimas e hereditárias b) em impedir a aquisição de caracteres degenerativos e transmissíveis hereditariamente” (1923a, p. 27). Para tanto, seria possível lançar mão de três tipos de intervenção, quais sejam, a eugenia positiva, a eugenia negativa e a eugenia preventiva.

A eugenia positiva deveria intervir em favor do melhoramento das capacidades biológicas dos mais aptos, contribuindo para o fortalecimento dos indivíduos considerados portadores das melhores qualidades raciais. Para isso, sua principal função seria “educar a mocidade para o matrimônio” (KEHL, 1923a, p. 28). Essa vertente da ciência do melhoramento racial, é importante que se diga, não ficaria restrita à educação dos nubentes, pois também teria “por fim, entre outros escopos, preparar os jovens em todos os demais preceitos eugênicos, necessários a saúde física e mental” (1923a, p. 30). Kehl caracteriza a eugenia positiva como um conjunto de intervenções que seriam, sobretudo, educativas. Por isso, a eugenia positiva também exerceria a função de “propagandista do melhorismo” (1923a, p. 30).

Já a eugenia preventiva, geralmente considerada parte da eugenia positiva, seria “a hygiene prophylactica da raça” (KEHL, 1923a, p. 31). As intervenções da eugenia preventiva aconteceriam através de medidas sanitárias e higiênicas que tivessem por

“objeto combater os fatores hostis ao homem” (1923a, p. 31). A eugenia negativa, por sua vez, visaria a impedir a multiplicação dos tipos raciais biologicamente inferiores, restringindo “o nascimento de indivíduos anormaes, degenerados, tarados” (KEHL, 19203a p. 32). Para impedir a transmissão hereditária dos caracteres biológicos indesejáveis, seria necessário exercer um controle direto sobre a reprodução humana, valendo-se de instrumentos legais que instituíssem a proibição dos casamentos “entre individuos inaptos para a bôa procriação” e obrigassem a esterilização “dos indivíduos perigosos á espécie” (1923a, p. 32).

Justamente por seu cunho radical, as medidas de eugenia negativa foram consideradas de difícil aceitação pela opinião pública e, portanto, em princípio reconhecidas como inviáveis diante da realidade local. Já as medidas de eugenia positiva, em contrapartida, demonstravam atender melhor aos anseios dos homens de ciência que formularam o projeto eugenista. A eugenia positiva, fundamentada sobre o lamarckismo, permitia compreensão de que a evolução biológica não era o resultado “de forças materiais cegas, mas de mudanças provocadas por vontade e escolha” (STEPAN, 2005, p. 83). Essa conjugação de fatores criou as condições para que a educação eugênica se tornasse uma estratégia preferencial de intervenção em favor do melhoramento racial da população brasileira.

Uma vez que a educação eugênica fosse amplamente difundida no meio, a sociedade, a população brasileira poderia ser alertada quanto aos perigos biológicos da degenerescência e ser esclarecida quanto aos enormes benefícios da eugenia. A educação eugênica, agindo a partir de fora do organismo vivente, contribuiria para a normalização biológica projetada pelo discurso eugenista, incutindo os devidos sentimentos de responsabilidade racial na consciência nacional. Por isso Kehl (1919b, p. 222), em mais de uma oportunidade, afirmou que “Instruir é eugenisar”. Por isso uma educação realizada de acordo com os preceitos eugênicos teria como efeito positivo estimular a eugeniização do corpo coletivo da nação.

Constatado que “a grande maioria das degenerações resulta do casamento de individuos degenerados e tarados”, dever-se-ia investir “na educação sexual dos jovens dos dois sexos, de modo a combater a ignorância sobre os verdadeiros fins do casamento, que são as bôas procreações” (KEHL, 1923a, p. 28). Para a plena realização do ideal eugênico, os jovens precisariam “ser educados desde a puberdade acerca das relações sexuais e dos perigos dellas resultantes” (1923a, p. 213). Somente dessa forma seria possível conscientizá-los sobre as terríveis consequências da transmissão hereditária de

males como o alcoolismo, a epilepsia, a tuberculose e sobretudo a sífilis, responsáveis pela geração compulsória de “proles de anormais e de criminosos” (1923a, p. 86).

Por isso, do ponto de vista eugênico, a educação sexual dos moços e moças, que deveria ser iniciada nos lares e completada na escola, seria “o mais sagrado dos deveres, porque só assim se lhes dará significação e importância dos fenômenos essenciais da vida” (KEHL, 1923a, p. 75). Enfrentando a resistência dos que preferiam deixar os futuros pais na mais completa ignorância acerca da produção da vida biológica, a educação sexual tinha por principal objetivo permitir que os nubentes tivessem acesso a conselhos úteis, de modo que a reprodução obedecesse aos preceitos eugênicos. Essas recomendações bem intencionadas, fundamentadas tanto na ciência do melhoramento racial como na prática médica, visariam “unicamente impedir maus casamentos que, quase sempre, resultam em uniões infelizes, em filhos doentes, que dão ao Estado gerações de valor ínfimo ou inúteis” (KEHL, 1935, p. 92).

Os preceitos eugênicos deveriam orientar “a educação das moças, futuras mães, que devem ser instruídas naquilo que diz respeito às suas funções de mulher, no conhecimento do abismo que se abre a seus pés com um mau casamento” (KEHL, 1935, p. 22). A maternidade, definida como a principal decorrência do casamento, tornava as mulheres particularmente responsáveis pela geração de proles eugênicas. Não haveria dúvidas de que às “mulheres, mais que aos homens, cabe o papel de defensoras das gerações futuras, prevenindo-se contra os maus casamentos, portanto, contra as más proles” (1935, p. 22). Em função disso, a educação sexual das moças seria uma medida de eugenia positiva extremamente importante, pois, alertando quanto aos perigos da degenerescência, inculcaria nelas a consciência de que o “dever maternal, eugenicamente compreendido, inicia-se com a escolha de um bom marido” (1935, p. 22). O acesso à educação eugênica permitiria que as mulheres conhecessem as recomendações necessárias para realização de um matrimônio eugênico, que resultaria no futuro melhoramento racial da população brasileira.

A consciência eugênica, desenvolvida por meio da plena observação dos ensinamentos da educação sexual, manteria não somente os jovens livres dos venenos raciais mas também, e acima de tudo, livraria as próximas gerações formadoras da população brasileira das chagas da degenerescência. O empreendimento da educação sexual, portanto, contribuiria diretamente para o progresso nacional, na medida em que seus ensinamentos se constituiriam em uma forma de prevenção dos prejuízos biológicos. Como sugeriu Silva (2013, p. 936), essa abordagem buscava “mapear todo um conjunto

de atitudes contraproducentes”, uma vez que era “preciso normalizar os sujeitos e preparar o caminho para uma normalidade eugênica”.

Conjuntamente ao processo de constituição do movimento eugenista, no qual a ciência de Galton foi tomada como um tipo de conhecimento racional portador de soluções que do ponto de vista das elites intelectuais eram urgentes, medidas educativas surgiram como decorrência de seus pressupostos teóricos amplamente arraigados ao determinismo biológico-racial. A educação eugênica proposta por Kehl, fundamentada sobre a compreensão lamarckiana da hereditariedade, prontamente se constituiu como uma das formas pelas se poderia suprimir a degenerescência em favor do melhoramento racial desse corpo coletivo. A educação, desse modo, inseriu-se no discurso eugenista como uma forma pretensamente efetiva de empreender a eugenização da população brasileira.

O paradoxal inflexão teórica de Kehl

Embora Kehl tenha se transferido para o Rio de Janeiro, e, em decorrência disso, a Sociedade Eugênica de São Paulo tenha encerrado suas atividades, isso não significou uma desmobilização por parte do grande líder da cruzada eugenista. Pelo contrário, com essa mudança o teórico pôde conquistar, na capital federal, o apoio de outros homens de ciência interessados nas possibilidades abertas pela eugenia, liderando uma importante articulação política e científica em favor do estudo e da divulgação da ciência de Galton.

Entre 1920 e 1927, Kehl exerceu cargo junto ao recém criado Departamento Nacional de Saúde Pública, atuando na formulação da propaganda higiênica. Posteriormente, a partir de 1927, exerceu as funções de farmacêutico e diretor médico na Bayer do Brasil, responsabilizando-se também pela propaganda dos medicamentos da companhia. No Rio de Janeiro, como afirmou Stepan (2004, p. 341), o teórico capitaneou enorme interesse da opinião pública para a eugenia “por meio de uma série de panfletos, livros e debates, muitos dos quais relatados na imprensa médica e nos jornais”. Neste período, também escreveu dois trabalhos que podem ser considerados como clássicos do pensamento eugenista produzido no Brasil, o já referido *A cura da fealdade* e *Lições de Eugenia*, publicados respectivamente em 1923 e 1929.

Na passagem da década para a década de 1930, entretanto, a formação de uma corrente de teóricos eugenistas adeptos da concepção mendeliana da hereditariedade significou a imposição de um contraponto ao modo como o movimento eugenista até

então vinha concebendo as formas de aplicação da ciência do melhoramento racial no Brasil.

O impacto dessa inflexão teórica pode ser dimensionado, especialmente, por meio do conteúdo dos debates travados e trabalhos apresentados durante a realização do 1º Congresso Brasileiro de Eugenia, ocorrido no Rio de Janeiro entre os dias 1 e 7 de julho de 1929. A escolha da eugenia como tema do evento comemorativo do centenário da Academia Nacional de Medicina, quem sabe a mais tradicional associação profissional e científica do país, é indicativa do prestígio científico que a eugenia havia conquistado no transcorrer das três primeiras décadas do século XX. O sucesso de sua realização rendeu ao movimento eugenista uma enorme legitimidade junto à opinião pública, demarcando um divisor de águas na história da eugenia no Brasil ao indicar “que a eugenia estava prestes a entrar em uma nova fase de atividade” (STEPAN, 2005, p. 61).

A presidência do Congresso ficou sob a responsabilidade de Edgar Roquette-Pinto, que já era um estudioso consagrado por seus estudos antropológicos, ocupando inclusive o cargo de diretor do Museu Nacional. Kehl, como não poderia deixar de ser, o secundou ocupando um lugar de destaque ao exercer a função de secretário geral e também como um dos principais conferencistas do evento — apresentando um trabalho sobre a trajetória da campanha eugênica local intitulado *A eugenia no Brasil. As Actas e Trabalhos* do evento, publicadas em 1933, constituem um documento fundamental para se ter uma visão geral acerca da extensão dos temas nos quais se imiscuiu o discurso produzido pelo movimento eugenista, tais como: matrimônio, maternidade e infância, educação eugênica, proteção da nacionalidade, tipos raciais, imigração, alcoolismo, campanhas antivenéreas. O Congresso foi dividido em três sessões, que tomariam a eugenia por prismas diferentes Antropologia, Heredologia e Educação e Legislação.

Roquette-Pinto teve participação ativa nos debates travados no transcorrer do Congresso e desde seu discurso de abertura procurou defender uma posição que, naquele contexto, demarcava uma compreensão certamente polêmica acerca do modo como deveriam ser compreendidos os objetivos da ciência do melhoramento racial no Brasil. Por muito tempo, argumentava ele, os homens de ciência brasileiros haviam se orientado pelo pressuposto científico de “que o meio dominava os organismos” (ROQUETTE-PINTO, 1933, p. 11); tal entendimento cientificamente errôneo, argumentava o antropólogo, não poderia ser mais aceito, uma vez que a biologia havia demonstrado a existência de algo que “independe da hygiene: é a semente, a herança, que depende da eugenia”.

A proposição de Roquette-Pinto não poderia deixar de ser controversa, ao ser enunciada diante de uma plateia em sua maior parte formada por estudiosos que acreditavam na transmissão hereditária dos caracteres adquiridos. Na passagem para a década de 1930, essa inflexão teórica do discurso eugenista em direção ao mendelismo, também teve repercussões para as proposições científicas formuladas por Kehl.

Na conferência que apresentou aos participantes do 1º Congresso Brasileiro de Eugenia, intitulada *A eugenia no Brasil*, o teórico teve por objetivo demonstrar como a nobre teoria da “regeneração humana pelas medidas eugênicas propagou-se em todos os paizes, [...] tornando-se dia a dia, mais séria a preocupação de salvação nacional pelas medidas ditadas pela nova e victoriosa doutrina de Galton” (KEHL, 1933, p. 50). Entretanto, naquela altura o teórico avaliava que as medidas de eugenia positiva até então adotadas, principalmente por meio do desenvolvimento do saneamento e da higiene, teriam sido insuficientes para melhorar o homem brasileiro. O motivo dessa insuficiência, a genética mendeliana ajudava a compreender, ao demonstrar que o homem permanece “escravo de sua natureza particularíssima, indelevel a simples influencias moraes e mentaes, preso a uma força que o subjuga biologicamente, que lhe imprime o temperamento, o character, de modo inexorável — a hereditariedade” (KEHL, 1933, p. 47).

Em decorrência dessa constatação, o teórico chegou muito próximo de colocar em causa sua defesa da educação eugênica como forma de desenvolvimento de uma consciência racial. Kehl (1933, p. 47), nesta ocasião, denunciou o evidente desperdício de “tanta intelligencia e dinheiro para cultivar os nossos semelhantes em métodos educativos”, quando a forma mais efetiva de eugenizar a população brasileira seria “pedir ás leis da hereditariedade o que aquelles methodos não têm podido dar com resultado desejado: bons homens, homens melhores; maior beleza physica, mental e moral da especie”. A educação eugênica, como as demais medidas de eugenia positiva, produziriam melhoramentos superficiais, que não ficariam inscritos definitivamente na constituição biológica das novas gerações. As medidas educativas, argumentava, sem dúvida “podem engrandecer pelo cultivo de algumas qualidades e restringir outras; poderão dar um verniz mediante o qual são disfarçados em parte o feio moral, porém não logram crear um character que em estado rudimentar se transmita por hereditariedade” (KEHL, 1933, p. 48).

Isso não significava, mesmo constituindo um paradoxo teórico no seio do discurso eugenista, que Kehl tivesse desacreditado de uma vez por todas da função eugênica das

medidas educativas realizadas em acordo com os preceitos da ciência do melhoramento racial. Embora possa parecer contraditório, a tomada de uma posição mais enfática em favor de intervenções que permitissem o controle da reprodução, que teriam a vantagem evidente de agir diretamente sobre a transmissão dos caracteres hereditários para combater a degenerescência e promover o melhoramento racial, não diminuiu sua confiança de que a educação favorecesse a multiplicação dos “bem dotados”. O métodos educacionais modernos, ao intervirem de forma racional sobre o corpo e o espírito, certamente desenvolveriam a consciência eugênica, contribuindo efetivamente para a multiplicação do “número de indivíduos bem dotados, em plena posse de si mesmos, portanto adaptados ao meio e felizes com a existência (KEHL, 1927, p. 25-26).

Mesmo propondo argumentos que lhe faziam parecer um defensor intransigente da eugenia negativa, o teórico manteve-se suficientemente eclético e pouco ortodoxo para continuar referindo-se “à genética neolamarckiana e mendeliana como se fossem variantes da mesma ciência da hereditariedade” (STEPAN, 2005, p. 90). Os benefícios eugênicos da educação adviriam justamente do fato de que ela poderia ser compreendida como uma forma de extensão social da ação da eugenia sobre o fenômeno biológico da hereditariedade: “A educação é, indubitavelmente, a alavanca mestra do progresso social, sendo necessário, porém, ter em conta a alavanca mestra do progresso biológico que é a aplicação das leis da hereditariedade, segundo os preceitos da eugenia” (KEHL, 1933, p. 48). A educação, como afirma em seu *Lições de Eugenia*, incidiria em favor do melhoramento racial, mas de modo apenas implícito, ou seja, indireto:

A educação, tal como é atualmente feita, compreendendo nos seus programas os ensinamentos de ordem física, intelectual e moral, concorre implícita e fortemente em favor da regeneração racial. Não obstante, torna-se mister ampliá-la em seus propósitos melhoristas, orientando os indivíduos não só para o bem deles mesmos como para a sociedade, acrescentando a educação eugênica, que tende a prepará-los em especial para a descendência, para a espécie (KEHL, 1933a, p. 283).

Afinal, para a realização do ideal eugênico pelo qual tanto militara, a educação eugênica ainda assim cumpriria uma função essencial:

A educação eugênica deseja que os homens tenham compreensão mais precisa de seus deveres individuais em relação à prole. Esta educação compreende questões de hereditariedade, descendência, evolução, influência do meio, do estado econômico, da legislação, dos costumes, das aptidões físicas, intelectuais e morais, em suma, de questões ligadas direta ou indiretamente à prolicação (KEHL, 1937, p. 83).

A controvérsia teórica entre a concepção lamarckiana, presente na constituição do movimento eugenista local, e a concepção mendeliana, que se afirmou justamente no momento em que esse movimento conquistava o apogeu de seu reconhecimento público na passagem para a década de 1930, teve como consequência uma sofisticação no âmbito do discurso eugenista. Essa sofisticação está representada, sobretudo, por uma tentativa de conciliar a nova compreensão teórica mendeliana com a tradicional perspectiva lamarckista. Isso fica patente, parece-me, se tivermos em conta o surgimento das novas nomenclaturas que passaram a figurar no discurso eugenista. Kehl, na década de 1930, introduz a distinção entre eugenia e eugenismo. Admitindo, com isso, que no início de sua campanha em prol da eugenia ele não havia sido claro “na delimitação das suas bases e de seus propósitos” (KEHL, 1937, p. 45). O termo eugenia, afirmava, se referia “a ciência da proteção e da seleção das sementes humanas. A sua finalidade, em relação às sementes, é a defesa da espécie pela manutenção e multiplicação das boas linhagens” (1937, p. 46); o termo eugenismo, por sua vez, designaria a aplicação social da eugenia, ou seja, é “educação, é saneamento, é higiene, é esporte, é legislação, é tudo que, beneficiando o homem, reverte direta ou indiretamente em benefício da sua prole” (1937, p. 46).

Enquanto a eugenia seria a ciência do melhoramento racial por meio de intervenções sobre os processos hereditários, o eugenismo constituiria um conjunto de saberes e medidas que poderiam concorrer para auxiliar, de modo indireto, a ação da eugenia em favor do melhoramento racial. Esta distinção entre eugenia e eugenismo, proposta por Kehl, lhe permitiu realizar uma paradoxal inflexão teórica na qual o estabelecimento de uma delimitação do âmbito de atuação da eugenia, em função do reconhecimento dos avanços da genética mendeliana, não significasse uma ruptura dos vínculos do movimento eugenista com o saneamento, a higiene e a educação. Afinal, foi esse vínculo estratégico que permitiu ao discurso eugenista adquirir legitimidade científica para propor formas de intervir em favor do melhoramento racial da população brasileira, procurando orientar as intervenções políticas possibilitassem reverter o estado de degenerescência no qual se encontrava o corpo coletivo da nação.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, Marta Chagas de. *A Escola e a República*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 2009.

_____. *Em defesa da sociedade: curso do Collège de France (1975-1976)*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. *História da sexualidade I: A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

GALTON, Francis. *Herencia y eugenesia*. Alianza Universidad: Madrid, 1988.

KEHL, Renato Ferraz. *A cura da fealdade: eugenia e medicina social*. São Paulo: Monteiro Lobato, 1923.

_____. “A eugenia no Brasil”. In PRIMEIRO CONGRESSO BRASILEIRO DE EUGENIA. *Actas e Trabalhos*. Rio de Janeiro: Faculdade de Medicina, 1933, p. 45-62.

_____. *Aparas eugênicas: sexo e civilização (novas diretrizes)*. Rio de Janeiro: Liv. Francisco Alves, 1933a.

_____. *Como escolher uma boa esposa*. Rio de Janeiro: Pimenta de Mello & Cia., 1925.

_____. *Como escolher uma bom marido*. Rio de Janeiro: Ariel Editora Ltda., 1935.

_____. “Conferencia de propaganda Eugénica”. In: SOCIEDADE EUGÊNICA DE SÃO PAULO. *Annaes de Eugénia*. São Paulo: Ed. Revista do Brasil, 1919, p. 65-80.

_____. “Darwinismo Social e Eugénia”. In: SOCIEDADE EUGÊNICA DE SÃO PAULO. *Annaes de Eugénia*. São Paulo: Ed. Revista do Brasil, 1919, p. 175-184.

_____. *Lições de eugenia (Refundida e aumentada)*. Rio de Janeiro: Ed. Brasil, 1935a.

_____. *Melhoremos e prolonguemos a vida: a valorização eugenica do homem*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1923a.

_____. *Por que sou Eugenista*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1937.

_____. “Que é Eugenia”. In: SOCIEDADE EUGÊNICA DE SÃO PAULO. *Annaes de Eugenia*. São Paulo: Ed. Revista do Brasil, 1919a, p. 217-224.

_____. *Tipos Vulgares*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1927.

MARQUES, Vera Regina Beltrão. *A medicalização da raça: médicos, educadores e discurso eugênico*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1994.

PRIMEIRO CONGRESSO BRASILEIRO DE EUGENIA. *Actas e Trabalhos*. Rio de Janeiro: Faculdade de Medicina, 1933.

ROQUETTE-PINTO, Edgar. “Nota sobre os typos anthropologicos do Brasil”. In: PRIMEIRO CONGRESSO BRASILEIRO DE EUGENIA. *Actas e Trabalhos*. Rio de Janeiro: Faculdade de Medicina, 1933^a, p. 119-138.

SAVIANI, Dermeval. *História das ideias pedagógicas no Brasil*. Campinas: Autores Associados, 2011.

SILVA, Mozart Linhares da. “Biopolítica, Educação e Eugenia no Brasil (1911-1945)”. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, v. 8, p. 921-943, 2013.

_____. “Biopolítica, raça e nação no Brasil (1870-1945)”. *Cadernos IHU Ideias*, ano 13, nº 235, vol. 13, 2015.

_____. “Biopolítica, Narrativas Identitárias e Educação no Brasil (1900-1945)”. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, vol. 7 Nº 14, p. 246-266, 2015.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SOCIEDADE EUGÊNICA DE SÃO PAULO. *Annaes de Eugenia*. São Paulo: Ed. Revista do Brasil, 1919.

STEPAN, Nancy Leys. *A hora da eugenia: raça, gênero e nação na América Latina*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.

_____. “Eugenia no Brasil (1917-1940)”. In HOCHMAN, Gilberto (org). *Cuidar, controlar, curar: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2004, p. 331-382.